



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMERJ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE COMPRAS

PREGÃO

Licitação Nº 009/2012

(Processo Administrativo nº 194056/2012)

1 – PREÂMBULO

1.1 - Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que na sala do Pregão da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, doravante designada EMERJ, localizado na Rua Dom Manoel, nº 25, 4º andar, sala 423 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, será realizada no dia **14 de novembro de 2012**, a licitação nº **09**, às **13h**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **menor preço global**, visando à compra, com instalação e configuração, de equipamentos de videoconferência, para atender a solicitação do Departamento de Tecnologia de Informação e Comunicação, doravante denominado DETEC, garantindo-se a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a EMERJ e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e também, de acordo com o que determinam a Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e seu regulamento, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, as demais normas legais aplicáveis, bem como as cláusulas e condições deste edital.

1.2 - A proposta de preços e os documentos de habilitação serão colocados em 2 (dois) envelopes fechados e distintos, com identificação externa do seu conteúdo e devem ser entregues no local, data e hora acima indicados. Os envelopes serão abertos na sessão pública, observado o devido procedimento legal.

1.2.1 - Nos envelopes de Proposta e de Habilitação deverão constar na parte externa os seguintes dizeres:

1.2.1.1- No envelope "A" contendo a Proposta Comercial:

PREGÃO Nº 09/2012
ENVELOPE “A” - “PROPOSTA COMERCIAL”
RAZÃO SOCIAL

1.2.1.2 - No envelope "B" contendo a Documentação:

PREGÃO Nº 09/2012
ENVELOPE “B” - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”
RAZÃO SOCIAL

1.2.2 - No momento do credenciamento deverão ser apresentados, **FORA DOS ENVELOPES** "A" e "B", os seguintes documentos:

- a) certidão (subitem 4.1.1);
- b) procuração/credenciamento - Anexo IV (subitem 5.1.1);
- c) declaração de habilitação - Anexo III (subitem 4.1.2 "b");
- d) declaração de não incidência de vedações – LC 123/06 - Anexo V (subitem 4.1.1.1);
- e) declaração de idoneidade - Anexo VII (subitem 4.1.2 "c");

f) declaração de Elaboração Independente de Proposta (subitem 4.1.2 "a" do edital/papel timbrado)

1.3 - Integram este edital os seguintes anexos:

- I - termo de referência;
- II - formulário padronizado de proposta de preços;
- III - modelo de declaração de habilitação (subitem 4.1.2 "b");
- IV - modelo sugestivo de carta de credenciamento (subitem 4.1.1.1);
- V - modelo de declaração de não incidência de vedações (subitem 5.1.3);
- VI - modelo de declaração de que não emprega menor (subitem 7.5);
- VII - modelo de declaração de não impedimento (subitem 4.1.2 "c").
- VIII - modelo de declaração de Elaboração Independente de Proposta (subitem 4.1.2 "a" do edital/papel timbrado)
- IX – Minuta de Termo de Contrato;
- X - Modelo de Atestado de Visita Técnica.

2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto da presente competição é a escolha da proposta mais vantajosa para a compra, com instalação e configuração, de equipamentos de videoconferência.

3 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 - A despesa correrá pelos Códigos de Despesas nºs 4.4.9.0.52.18 e 3.39.0.3.9 58, Programas de Trabalho nºs 0362.02.06.0142.1636 e 0362.02.061.0142.2296, do orçamento da EMERJ.

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderá participar do certame a pessoa que atenda às exigências deste edital e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta licitação, podendo ser ou não inscrita no Registro Cadastral do Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, localizado na Praça Quinze de Novembro nº 2 - Térreo - Sala T - 05 - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

4.1.1 - Para aplicação dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06, a microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar, **no momento do credenciamento**, certidão expedida, conforme o caso, pela Junta Comercial de seu domicílio (art. 3º da LC. 123/06 e art. 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) ou pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, que demonstre esta condição, caso não conste no respectivo ato constitutivo a referida condição de microempresa e empresa de pequeno porte.

4.1.1.1 - Declaração de que não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art.3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/06 (AnexoV), no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.1.2 - Todos os licitantes deverão apresentar, no momento do credenciamento, como condição de participação:

- a) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo que consta no anexo VIII (IN SLTI/MPOG nº 02/09).
- b) Declaração de que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a habilitação desta licitação (Anexo III).

c) Declaração de que é idônea para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal (Anexo VII).

4.2 – As declarações dos anexos **III, V, VII e VIII** (referentes aos subitens 4.1.2 “b”, 4.1.1.1, 4.1.2 “c”, 4.1.2 “a”) podem ser supridas presencialmente no momento inicial do certame, desde que por quem possua poderes para assim declarar.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 - As Sociedades Empresárias participantes poderão ser representadas na sessão do pregão por seu representante legal, mediante apresentação de:

5.1.1 - Cédula de identidade (original e cópia), prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), documento do registro do licitante ou do seu ato constitutivo que comprove a capacidade do sócio ou do outorgante da procuração/credenciamento, onde deverão constar poderes expressos **para a formulação de propostas em lances verbais, para a interposição de recursos, bem como para os demais atos inerentes ao certame**, conforme modelo sugestivo (Anexo IV).

5.1.1.1 - Documento do registro do licitante ou do seu ato constitutivo, conforme o caso:

a) Em se tratando de sociedade empresária, registro do ato constitutivo (contrato social ou estatuto), no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a.1) No caso de o participante ser sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial) onde atua, com averbação na Junta Comercial onde tem sede a matriz;

a.1.2) Em se tratando de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial);

b) Em se tratando de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada da ata da data da assembleia de eleição da diretoria em exercício;

b.1) No caso de o participante ser sucursal, filial ou agência, a inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas onde atua, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

c) Em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2 - Cada credenciado poderá representar um único licitante.

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - Acompanha este edital formulário padronizado de proposta de preço que o licitante preencherá e inserirá no ENVELOPE 'A', fechado, que deverá ser apresentado de acordo com o subitem 1.2.1.1.

6.2 – O envelope-proposta deverá conter os seguintes documentos com todas as folhas numeradas sequencialmente:

a) Formulário de proposta preenchido conforme subitem 6.3;

b) Atestado, expedido pelo DETEC, comprovando que o licitante atende a todos os requisitos mínimos exigidos na presente licitação;

b.1) A liberação do atestado será feita através da apresentação de folhetos originais atualizados ou manuais editados sob a responsabilidade do fabricante que comprovem todos os requisitos mínimos obrigatórios. Serão aceitos também cópias do Website do fabricante ou declarações autenticadas do fabricante em papel timbrado;

b.2) Os folhetos originais atualizados ou manuais editados sob a responsabilidade do fabricante deverão ser entregues pela licitante, junto com a especificação mínima exigida

(Termo de Referência - Anexo I – Itens 01 ao 15) com a respectiva menção à página da documentação (folhetos ou manuais), na qual se encontra comprovado o requisito mínimo, no Serviço de Compras da EMERJ, doravante designado SECOM, localizado na Rua Dom Manoel, 25,4º andar – sala 417- Centro- Rio de Janeiro - RJ, de 2ª a 6ª feira, das 12 às 18h, **no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas antes da data marcada para abertura do(s) envelope(s) de proposta de preços. Não serão aceitos, em hipótese alguma, os documentos mencionados (folhetos ou manuais) após esse prazo. Na entrega dos documentos para fornecimento do atestado, o licitante deverá informar em papel timbrado a potência ativa em Watts de cada equipamento.**

c) Especificação dos equipamentos e serviços que espelhem as informações que serão exibidas nas notas fiscais de venda de produto e de prestação de serviços, dentro dos padrões próprios de faturamento de cada sociedade empresária, exibindo marca, modelo, código de identificação e os valores unitários e totais a serem faturados por Nota de Venda e Nota de Serviço;

d) “Termo de Garantia” emitido pelo distribuidor ou revendedor, em papel timbrado, endereçado explicitamente à EMERJ, contendo:

d.1) prazo de garantia “ on-site”, mínimo de 2 (dois) anos para os equipamentos;

d.2) o prazo para atendimento em até 2 (duas) horas, a contar da hora de abertura do chamado;

d.3) o prazo para solução do problema em até 2 (dois) dias úteis, a contar da hora de abertura do chamado;

d.4) que a garantia dos equipamentos será plena, incluindo mão de obra e reposição de peças e que a contratada se compromete a reparar, corrigir ou substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, excluindo-se apenas os reparos de danos causados por quebra, choque mecânico, produtos químicos, água e fogo;

d.5) o e-mail e o número do telefone para abertura de chamado.

e) Declaração do fabricante ou contrato de parceria com o fabricante, de forma a comprovar ser a Sociedade Empresária autorizada para venda e prestação de garantia dos equipamentos;

f) Carta dos fabricantes informando haver compatibilidade garantida entre os itens, específica para esta licitação, caso os referidos itens não sejam do mesmo fabricante.

6.3 - Do formulário de proposta deverão constar, apostos nos campos próprios:

a) dados cadastrais;

b) assinatura do representante legal;

c) indicação do preço, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;

d) indicação dos números do CNPJ e da inscrição estadual, os quais deverão ser os mesmos constantes nos documentos de habilitação;

e) indicação do número da conta-corrente e da agência no Banco Bradesco S/A que deverá ter como titular o detentor do CNPJ da proposta comercial;

f) indicação do nome, nº de identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) de seu representante, com poderes expressos para firmar o termo de contrato e/ou instrumento equivalente referido no item 10 deste edital;

g) o endereço eletrônico.

6.4 – O formulário de proposta de preços disponível no Anexo II poderá ser impresso e preenchido datilograficamente ou à caneta pelo licitante.

6.4.1 – A proposta deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, sob pena de desclassificação.

6.5 – Cada concorrente deverá computar no preço que cotará todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeito.

6.6 - Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros materiais de cálculo.

6.7 - A proposta deverá conter indicação expressa da marca e/ou modelo para todos os itens dos materiais que cotar, com estrita observância ao Termo de Referência (Anexo I).

6.8 – Cada licitante deverá apresentar cotação para todos os itens da proposta de preços.

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1 – Os documentos de habilitação indicados nos subitens 7.2 ao 7.5, inclusive os indicados no subitem 5.1.1.1, poderão ser apresentados no original ou em cópias autenticadas por cartório competente ou conferidas por servidor da EMERJ.

7.1.1 - Os documentos a serem autenticados por servidor da EMERJ, a critério do licitante, poderão ser apresentados até o dia anterior ao da sessão (cópias/originais) no SECOM, localizado na Rua Dom Manoel, 25, 4º andar - sala 417 - Centro – Rio de Janeiro – RJ.

7.1.2 - Caso o licitante não seja credenciado, deverá também apresentar os documentos do subitem 5.1.1.1 (registro do licitante/ato constitutivo), de acordo com os subitens 7.1 e 7.1.1.

7.2 – Quanto à **qualificação técnica**, no presente pregão, cada licitante deve apresentar o seguinte documento:

- a) atestado(s) de capacidade técnica, firmado(s) por órgão do poder público ou por pessoa jurídica de direito privado, comprovando haver fornecido satisfatoriamente equipamentos iguais ou similares aos do objeto desta licitação, com configuração igual ou superior a exigida neste edital;
- b) declaração em papel timbrado da Sociedade Empresária de que a proponente dispõe de equipamentos e mão de obra qualificada para efetuar os serviços de atendimento em garantia, objeto desta contratação, a partir do primeiro dia do prazo de garantia;
- c) declaração do licitante de que detém autorização do fabricante dos equipamentos para venda e prestação de serviços de garantia;
- e) declaração do licitante de que os equipamentos ofertados são compatíveis com a solução de videoconferência em uso na EMERJ;
- f) atestado (Anexo X do edital) emitido pelo Departamento de Tecnologia de Informação e Comunicação (DETEC) da EMERJ de que tomou conhecimento da solução de videoconferência já em uso na escola. A visita deverá ser agendada com a DETEC pelos telefones (21) 3133-1880 ou (21) 3133-3367.

7.3 – Quanto à **regularidade fiscal**, no presente pregão, cada licitante deve apresentar os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao estabelecimento licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do contrato social;
- b) prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual da circunscrição fiscal do estabelecimento licitante, emitidas pelos órgãos arrecadadores;
 - b.1) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante;
 - b.2) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e certidão da Dívida Ativa para fins de Licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro, nos termos da resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004, exigência que se estende aos demais Estados onde haja tal

vinculação, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

c) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) da sede do licitante (INSS);

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

7.4 - Quanto à **regularidade trabalhista**, no presente pregão, cada licitante deve apresentar o seguinte documento:

a) Certidão Negativa ou Positiva com efeito negativo de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal nº 12.440/11, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

a.1) O pregoeiro, na data do certame, na fase da habilitação, emitirá nova certidão que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei federal nº 12.440/11.

7.5 – Quanto à **qualificação econômico-financeira**, no presente pregão, cada licitante deve apresentar os seguintes documentos:

a) certidão(ões) negativa (s) de recuperação judicial - Lei nº 11.101/05 (falências e concordatas) expedida(s) pelo(s) distribuidor(es) de sua sede; se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, a(s) certidão(ões) deverá(ão) vir acompanhada(s) de declaração da autoridade judiciária competente de que o Distribuidor é único ou, caso contrário, relacionando o(s) distribuidor(es) que, na Comarca de sua sede, tenha(m) atribuição para expedir certidões negativas de recuperação judicial.

7.6 – Quanto à **regularidade social**, no presente pregão, cada licitante deve apresentar o seguinte documento:

a) Declaração relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, na Lei Federal nº 9.854, de 27/10/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05/09/2002, que versa sobre a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, **ou** as certidões de ilícitos e infrações trabalhistas do Ministério do Trabalho, demonstrando regularidade com a legislação de proteção à criança e ao adolescente, nos termos do inciso V, art. 27, da Lei Federal 8.666/93.

7.7 – Na comprovação da **regularidade fiscal de microempresa ou de empresa de pequeno porte**, se necessário, serão observados os termos do art. 43 §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 123/06.

7.8 – O Registro Cadastral do Tribunal de Justiça – RC/TJ e os documentos ali elencados, desde que estejam em seu prazo de validade, substituem as exigências contidas nos subitens 7 deste edital, exceto as dos subitens 7.2, 7.4, alínea "a" e 7.6.

7.9 – O pregoeiro poderá verificar, se necessário, a regularidade dos documentos trazidos pelo licitante ao certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

7.10 – Os documentos de habilitação contidos nos envelopes que forem abertos na Sessão, pelo pregoeiro, ficarão retidos nos autos.

7.11 – O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a formalização do contrato com o adjudicatário, devendo as sociedades empresárias retirá-los em até 5 (cinco) dias após este fato, sob pena de inutilização dos documentos neles contidos.

7.12 – Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ idêntico para todos os documentos. Se o licitante for participar com a documentação da matriz, todos os documentos deverão estar em nome

da matriz ou, se filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

8 - DO JULGAMENTO

8.1 - Iniciada a sessão pública, e encerrado o procedimento de credenciamento, o pregoeiro procederá à abertura do ENVELOPE "A" – Proposta Comercial, à verificação de conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital e à divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

8.1.1 - Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

8.1.2 - Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope, nem retratação ou desistência de lances após o registro pelo pregoeiro.

8.2 - Em seguida, o pregoeiro desclassificará desde logo as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital e as propostas aceitas serão ordenadas em sequência, crescente, do licitante autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço, formando assim a classificação provisória, para que seus autores participem dos lances verbais.

8.3 - Quando não forem verificadas no mínimo três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem 8.2, o pregoeiro formará a classificação provisória com as três melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas, para que seus autores participem dos lances verbais.

8.4 - As propostas escritas classificadas são ordenadas em sequência crescente dos preços cotados, para definição da ordem de apresentação de lances verbais. Em caso de empate, proceder-se-á a sorteio imediato para definição da ordem de apresentação de lances verbais.

8.5 - Seguir-se-á a apresentação de lances verbais pelos proponentes classificados.

8.6 - O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar novos lances verbais e sucessivos, a começar pelo licitante autor da proposta classificada de maior preço, seguido dos demais, em ordem decrescente de valor, até a proclamação do vencedor.

8.6.1 - O licitante poderá ofertar preço menor que o seu próprio, sempre diferente dos existentes, mesmo que maior que o menor preço ofertado naquele lance. Este novo lance apresentado será fixado para efeito de ordenação de proposta. Neste caso, o licitante fica impedido de ofertar novos lances, salvo se microempresa ou empresa de pequeno porte, no caso do empate ficto previsto no subitem 8.11.

8.7 - A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, impede o licitante de oferecer novos lances, fixando-se o seu último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas, salvo quando microempresa ou empresa de pequeno porte, no caso do empate previsto no subitem 8.11.

8.8 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas conforme os respectivos lances finais, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e ao valor.

8.9 - Caso não haja lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor que consta no Termo de Referência (ANEXO I), desclassificando-se a proposta, cuja cotação o exceda, ou seja, manifestamente, inexecutável.

8.10 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **menor preço global**, observados os prazos máximos para o fornecimento do material, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

8.10.1 - Como critério para aceitabilidade de preço adotar-se-á o do preço máximo por item, na fase de lances verbais, cujo valor é o do termo de referência (Anexo I), desclassificando-se a(s) proposta(s) que o excedam ou sejam manifestamente inexecutáveis.

8.11– Será assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte que apresentarem propostas iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, configurando assim o empate ficto, como critério de desempate, o seguinte procedimento:

8.11.1 – No caso de serem idênticos os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.11, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro apresentará melhor oferta;

8.11.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, situação em que será declarada vencedora;

8.11.3 – Não ocorrendo proposta inferior na forma do subitem 8.11.2, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 8.11, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.11.4 – Não havendo vencedor nos termos previstos no subitem 8.11, o Pregoeiro passará a examinar a aceitabilidade da proposta originalmente vencedora;

8.11.5 - O disposto no subitem 8.11 somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.12 - Aceita a proposta, será aberto o ENVELOPE "B" - Documentos de Habilitação, do licitante vencedor para confirmação das suas condições de habilitação;

8.12.1 - As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua expedição, exceto as CNDT, que devem ser emitidas na data do certame, na fase da habilitação.

8.12.2 - Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o pregoeiro deverá declarar o (s) licitante (s) vencedor (es).

8.12.3 - Caso o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital.

8.12.4 - Caso todos os licitantes que participaram da fase de lances tenham desatendido à exigências da fase de habilitação, o pregoeiro retornará à fase de lances com os licitantes

remanescentes, seguindo os procedimentos indicados no item 8.2 e seguintes do item 08 (Do julgamento)

8.13 - No caso de microempresa e empresa de pequeno porte, observado o subitem 7.2 e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação e apresentação da certidão negativa de débito ou positiva com efeito de negativa, podendo tal prazo ser prorrogado por idêntico período, a critério do Pregoeiro.

8.13.1 - A não comprovação de regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.13, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12, sendo facultado à Administração convocar para contratar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar esta licitação.

8.14 - Nas hipóteses dos subitens 8.11.3 e 8.12.3 e 8.12.4, o Pregoeiro realizará o procedimento na mesma sessão pública ou, se necessário, em outra data. Ele notificará aos participantes com registro em ata, ou conforme o caso, por e-mail, via fax, pelo site da EMERJ ou pelo Diário da Justiça Eletrônica do Estado do Rio de Janeiro.

8.15 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante, objetivando proposta mais vantajosa à Administração, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.

8.16 - Declarado o vencedor do certame, o Pregoeiro indagará se há licitante interessado em recorrer; não havendo, adjudicará o objeto ao vencedor.

9 - DO RECURSO

9.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer de qualquer ato do pregoeiro, com registro em ata da síntese dos respectivos motivos, **desde que munido de procuração ou de carta de credenciamento com poderes específicos para tal**, e terá o prazo de 03 (três) dias para trazer razões escritas, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões no mesmo prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - A falta de manifestação imediata e motivada dos licitantes importará decadência do direito de recorrer, autorizando o Pregoeiro a adjudicar o objeto da licitação ao proponente vencedor.

9.3. - No caso de a Administração vir a convocar para contratar os licitantes remanescentes, o Pregoeiro retomará o procedimento em sessão pública, na qual examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de sua classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo este declarado vencedor. Será dado aos licitantes presentes o direito de recorrer apenas quanto à habilitação do novo vencedor e ao novo melhor preço, se oferecido, com base no Inciso XXIII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

10 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - O prazo para a formalização do contrato é de até 07 (sete) dias úteis, conforme subitem 10.2.1 do edital.

10.2. – Caso o adjudicatário não tenha informado na Proposta Comercial os números da sua conta-corrente e agência, no Banco Bradesco S/A, este deverá informar ao SECOM pelo e-mail emerj.secom@tjrj.jus.br, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da adjudicação do objeto pelo pregoeiro.

10.2.1 – O adjudicatário receberá do SECOM, após publicação da homologação da licitação no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro:

I) Cópia da NAD e/ou EMPENHO, via fax, **devendo confirmar, imediatamente, o seu recebimento** e/ou comparecer ao SECOM para retirá-la, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da confirmação de recebimento do fax;

II) Comunicação, por e-mail, sobre dia e hora que deverá comparecer ao Serviço de Compras da EMERJ, a fim de firmar o termo de contrato e apresentar o documento comprobatório de garantia de execução, sob pena de submeter-se às normas dos subitens 10.4, 10.4.1 e 10.4.2. A critério da EMERJ, o termo de contrato poderá ser retirado para colher assinatura do responsável pelo contrato e será devolvido ao SECOM-Serviço de Compras da EMERJ, no prazo estabelecido na convocação. **O recebimento da referida comunicação deverá ser confirmado imediatamente.**

10.3 - Antes de firmar o termo, o adjudicatário prestará garantia equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, que será dispensada pela Administração se não prevista no contrato.

10.3.1 - A garantia será cumprida, à escolha do adjudicatário, por meio de caução em dinheiro ou em título eficaz da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

10.3.2 - A garantia em dinheiro deverá ser depositada no Fundo EMERJ, com identificação do CNPJ do licitante vencedor, na conta-corrente 3005-8, Banco Bradesco S/A -237, agência 6246.

10.3.3 - A garantia, prestada em dinheiro, a ser restituída ao final do contrato, desde que aceita como boa a execução do contrato, será paga com seu valor corrigido monetariamente, com base no índice de correção aplicado ao contrato.

10.3.4 - Caso o contratado opte por prestar garantia na forma de Seguro-Garantia, a apólice deve garantir o pagamento das multas contratuais previstas na Lei federal nº 8.666/93.

10.3.5 - A apólice de seguro-garantia, a caução em dinheiro, o título eficaz da dívida pública ou a carta de fiança bancária deverá ser encaminhado à apreciação da Divisão de Finanças da EMERJ, através de protocolo no Serviço de Compras (SECOM).

10.4 - O fato de o adjudicatário, convocado a contratar, não prestar a garantia, não a prestar no prazo determinado ou prestá-la incorretamente, importará inexecução total do contrato, sujeitando-o à aplicação das penalidades previstas no art. 87 da Lei federal nº 8.666/93, facultado à Administração proceder na forma do art. 4º, XVI, da Lei federal nº 10.520/02.

10.4.1 - O fato de o adjudicatário, convocado no prazo de eficácia de sua proposta, não celebrar o contrato, independentemente de sujeitá-lo às sanções do art. 7º da Lei federal nº 10.520/02, autoriza o Pregoeiro a examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes na ordem de sua classificação, até a apuração de um que atenda ao edital, sendo este declarado vencedor.

10.4.2 - O fato de o adjudicatário, convocado para assinar o termo contratual, não assiná-lo, ou não assiná-lo no prazo determinado pela Administração, caracterizará falta contratual (art. 81 da Lei Federal nº 8666/93), sujeitando-o à aplicação de penalidade de advertência e/ou multa, observado o devido processo legal.

10.5 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a formalização do contrato com o adjudicatário, devendo as sociedades empresárias retirá-los até 5 (cinco) dias após este fato, sob pena de inutilização dos documentos neles contidos.

10.6 - A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato caberão ao contratante, exercendo-os de modo amplo, irrestrito e permanente em todas as fases do contrato, por meio da Diretora do Departamento de Administração da EMERJ, na função de Gestora, e de funcionários do Departamento de Tecnologia e Comunicação da EMERJ, doravante designado DETEC, designados para a função de fiscal. O contratado deverá apresentar-se ao fiscal imediatamente após a formalização ou retirada do instrumento contratual.

10.8 - A Contratada deverá estar ciente de que quaisquer entendimentos com a fiscalização da EMERJ serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais.

10.9 - Além do que consta no termo de referência, a Administração poderá obrigar o contratado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou que a impeçam.

10.10 – A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato caberão à DETEC - Departamento de Tecnologia de Informação e Comunicação da EMERJ, a qual o contratado deverá apresentar-se imediatamente após a formalização ou retirada do instrumento contratual.

10.11 – Além do que consta no termo de referência (Anexo I), a Administração poderá obrigar o contratado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte o objeto do contrato se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou que a impeçam.

10.12 – A EMERJ poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste edital.

10.13 – O prazo do contrato compreende o prazo de até 30 dias para a entrega e instalação dos equipamentos, contado da confirmação de recebimento da NAD/Empenho, sem interrupção e prorrogáveis na forma do art. 57, II, da Lei Federal nº 8666/93, e o prazo de garantia de 24 meses, contado do efetivo funcionamento dos equipamentos.

10.14 – A execução do objeto do contrato obedecerá ao que consta no termo de referência.

10.15 – A EMERJ poderá suprimir ou acrescentar o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no artigo 65, I e § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.16 – O Contratado manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.17 - A via original do termo de contrato deve ser retirada pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação, no SECOM, localizado na Rua Dom Manoel, 25, 4º andar - sala 417 - Centro – Rio de Janeiro – RJ. Após este prazo, entender-se-á como autorizado, pelo contratado, o descarte de sua via original, que pode ser suprida por cópia a qualquer tempo.

10.18- A Contratada não deverá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

10.19 – O foro do contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

11 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

11.1 - Os equipamentos serão entregues nas dependências da EMERJ, localizada na Rua Dom Manoel, 25 - Centro – Rio de Janeiro – RJ, e nos núcleos constantes do Termo de Referência (Anexo I). A Sociedade Empresária deverá agendar, **obrigatoriamente**, a entrega e instalação dos equipamentos com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, através dos telefones **(21) 3133-3367 ou 3133-1880**.

11.1.2 - É de inteira responsabilidade do contratado, no momento da entrega, o descarregamento da mercadoria no local determinado pelo DETEC, consoante agendamento pelos telefones indicados no subitem 11.1.

11.2 - A embalagem (caixa) deverá exibir o número de série e código de barras do equipamento embalado.

11.3 - Os equipamentos deverão ser adquiridos em um único lote e de um único fornecedor, que será o único responsável pela manutenção durante o prazo de garantia.

11.4 - A entrega e a instalação dos equipamentos deverão ser realizadas pela licitante sem nenhum ônus adicional para a contratante;

11.5 - A EMERJ se reserva no direito de devolver qualquer equipamento que não atenda às especificações deste edital, o que poderá vir a ser detectado somente no momento da instalação e utilização do equipamento.

11.6 - A Contratada, na hipótese prevista no item acima, obrigar-se-á a substituir o equipamento, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, arcando com todas as despesas decorrentes;

11.7 - Cada um dos equipamentos deverá ser entregue acompanhado de todos os cabos conectivos e de força e todos os adaptadores que se fizerem necessários a sua perfeita utilização. Todos os *drivers* necessários a sua completa instalação, configuração ou controle, deverão ser fornecidos em mídia magnética.

11.8 - Cada equipamento deverá ter o número de série por extenso e em código de barras, impresso em etiqueta metálica não removível;

11.9 – Os equipamentos serão objeto de recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.10 - Os equipamentos serão objeto de recebimento definitivo em até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei federal nº 8.666/93.

11.11 - O contratado fica obrigado a trocar, às suas expensas, o equipamento que vier a ser recusado, sendo que o recebimento previsto no subitem 11.3 não importará sua aceitação.

12 - DAS SANÇÕES

12.1 – Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, segundo resultar apurado em processo regular pela autoridade competente, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, sem prejuízo de ter cancelado o respectivo registro no sistema de cadastramento de fornecedores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo

prazo de até 05 (cinco) anos, além de sujeitar-se às multas previstas neste edital bem como às demais cominações legais.

12.2 - Ao contratado, total ou parcialmente inadimplente, observados os princípios da ampla e prévia defesa, contraditório e proporcionalidade, serão aplicadas as sanções previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:

a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;

b) multa administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, com ou sem prejuízo para o serviço (Lei Estadual nº 287/79, art. 226, Decreto 3149/80, art. 87);

b.1) multa moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso na execução, por culpa do contratado, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independentemente de notificação ou interpelação.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

12.3 - A penalidade de multa poderá ser cumulada com qualquer das demais.

12.4 - A penalidade de multa não tem natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade do contratado por danos causados ao contratante.

12.5 - O valor de multa aplicada será descontado de eventuais créditos que tenha o contratado em face do contratante, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-lo judicialmente.

13 - DO PAGAMENTO

13.1 – O(s) pagamento(s) devido(s) ao(s) contratado(s), desde que cumprida a obrigação a que se referir a fatura/nota fiscal emitida pelo estabelecimento contratado, no sistema de impressão eletrônica será(ão) efetuado(s) no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da entrega das **Nota de Venda e Nota de Serviço**, mediante crédito em conta - corrente no Banco Bradesco S/A (conforme o disposto no subitem 6.2 "e"). A(s) fatura/nota fiscal (is) deverá(ão) ser atestada(s) pelo órgão de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

13.1.1 - Como condição para que o pagamento seja efetuado, o contratado deverá apresentar, junto com a fatura, as certidões de regularidade do INSS, do FGTS, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

13.2 – Caso se faça necessária a retificação da fatura por culpa do contratado, o prazo terá sua contagem suspensa até a data da reapresentação da fatura isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

13.3 – Ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorrente de ato ou fato atribuível ao Contratado, o valor devido será corrigido, aplicando-se a variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescendo-se, ainda, ao valor original da parcela devida o encargo moratório de 0,5% (meio por cento) por mês, alcançando 6% (seis por cento) ao ano.

13.4 - Entende-se por atraso o período que exceder ao previsto no subitem 13.1.

13.5 - Ocorrendo antecipação do pagamento, sempre em correspondência à antecipação da entrega do bem, seja a requerimento do contratado ou no interesse da Administração, será calculado o respectivo desconto aplicando-se o índice de 0,1% (um décimo por cento) por dia de antecipação.

14 - DAS INFORMAÇÕES

14.1 – O SECOM prestará as informações solicitadas pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h, na Rua Dom Manoel, 25 - 4º andar, sala 417 - Centro – Rio de Janeiro – RJ., pelos telefax (21) 3133-2310 e (21) 3133-1891 ou pelo e-mail emerj.secom@tjrj.jus.br.

14.2 - Os editais estão disponíveis na íntegra no endereço eletrônico www.emerj.tjrj.jus.br ('link Licitações').

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 – A EMERJ poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2 - Não serão admitidas a esta licitação pessoas: (a) suspensas do direito de licitar e de contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro; (b) declaradas inidôneas, vigente a penalidade, por autoridade federal, estadual ou municipal; (c) sob regime de insolvência, falência, concordata ou recuperação judicial (art. 52, II da Lei nº 11.101/05).

15.3 - No caso de suspensão de sessão, o pregoeiro poderá divulgar a data de prosseguimento na própria sessão e no site da EMERJ - www.emerj.tjrj.jus.br (link "Licitações").

15.4 - Impugnações e/ou pedidos de esclarecimento de natureza técnica, referentes a este edital, deverão ser dirigidos ao pregoeiro, apresentados por escrito em papel timbrado, devidamente assinados e protocolados no SECOM, na Rua Dom Manoel, 25, 4º andar, sala 417 - Centro - Rio de Janeiro-RJ ou encaminhados via e-mail, arquivo em PDF, com a devida assinatura eletrônica, para o endereço eletrônico emerj.secom@tjrj.jus.br até 02 (dois) dias úteis antes da data indicada no subitem 1.1 deste edital e serão respondidos a todos os interessados, via-e-mail, via fax ou na sessão inaugural.

15.5 - Aplicam-se, subsidiariamente, as normas da Lei Federal nº 8.666/93.

15.5.1 - A eficácia suspensiva dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da licitação estender-se-á ao prazo de convocação previsto no art. 64 § 3º da Lei Federal nº 8666/93.

15.6 - Comunicações referentes a este certame serão publicadas, conforme o caso, no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2012.

Maria de Fátima Pinto Santos
Diretora do Departamento de Administração
Matr.:10/90815

Aprovo o Edital.
Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2012
Rosana Rodrigues Almeida

(Pregoeiro(a))